

Economia

LOGÍSTICA

Antaq fixa prazo para adequar áreas portuárias

Regularização em Rio Grande abrange terrenos utilizados, entre outras companhias, pelos estaleiros da Metade Sul

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Recentemente, a Superintendência do Porto do Rio Grande (Suprg) solicitou à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) uma extensão no prazo (encerrado em junho) para regularizar a situação de algumas áreas dentro do complexo portuário gaúcho. E o pedido da autarquia estadual foi atendido pelo órgão regulador. O superintendente do porto do Rio Grande, Janir Branco, informa que foram concedidos mais 60 dias para continuar os procedimentos de adequação.

O diretor da Antaq, Fernando Fonseca, confirma que a instituição está trabalhando no sentido de ajustar esses espaços. “É uma demanda que vem há algum tempo e o nosso departamento de fiscalização tem atuado no sentido de que o porto tome as medidas cabíveis para regularizar essas ocupações”, destaca o dirigente.

A questão atinge terrenos aproveitados por grupos como os estaleiros Rio Grande (da Ecovix), QGI e EBR (em São José do Norte) e por companhias como Braskem, Petrobras, GM e Amoniasul. Resumidamente, são acordos vencidos ou cuja a forma de contratação é contestada. O entendimento do poder concedente é que precisa haver onerosidade (para os que não pagam no momento, como é o caso dos estaleiros), e, nos que desembolsam alguma quantia, os contratos preci-

sariam ser revistos. Fonseca reforça que é importante que essas áreas estejam devidamente normalizadas. “O objetivo é não criar dificuldades para resolver todos esses encaminhamentos”, reitera o diretor da Antaq. O dirigente ressalta que essa é a intenção dos governos gaúcho e federal. Ainda não há detalhes de como será o processo de regularização, porém será constituída uma força tarefa para tratar do assunto.

O diretor técnico do porto do Rio Grande, Darci Tartari, comenta que o posicionamento da Antaq agrada à Superintendência do Porto do Rio Grande. “Entendemos que esse tema está bem orientado”, celebra o dirigente. Até uma definição sobre a questão, a opinião de Tartari é que as operações dos empreendimentos deverão continuar normalmente. “Porque está se trabalhando na solução, não há incompatibilidade, há uma harmonia no sentido de buscar uma resposta”, frisa.

Sobre a expectativa de movimentação de cargas no porto do Rio Grande para este ano, o diretor admite que as importações sofreram impactos. Porém, devido às exportações, com o dólar em um patamar vantajoso para essa atividade e a boa safra de grãos, a perspectiva é que ocorra um equilíbrio no saldo total. Ou seja, o resultado deve ser próximo ao registrado no ano passado, quando foram atingidas em torno de 34,5 milhões de toneladas. Fonseca e Tartari participaram ontem da 3ª edi-



ANTONIO PAZ/JC

Foram concedidos pela agência mais 60 dias para a realização dos ajustes necessários

ção do Fórum dos Grandes Debates, realizado na Assembleia Legislativa, em Porto Alegre.

Além da capital gaúcha, a regularização também foi discutida pelo superintendente Janir Branco em reunião com o ministro dos Portos, Edinho Araújo, realizada na segunda-feira, em Brasília. Sobre as áreas dos estaleiros que estão com os contratos sendo analisados pela Antaq, Branco comenta que o ministro disse ter conhecimento do assunto e quer buscar uma solução rápida e que não atrapalhe

o desenvolvimento dos projetos da indústria naval. A superintendência admite que recebeu por diversas vezes notificações do órgão regulador sobre os problemas contratuais nos últimos anos.

Durante o encontro, Branco também obteve a informação de que o momento da assinatura do contrato para a dragagem de manutenção do porto do Rio Grande está próximo. A iniciativa está orçada em cerca de R\$ 368 milhões, com recursos próprios da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República.

Em Porto Alegre, ministro reforça planos para a aviação regional no Rio Grande do Sul

Rafael Vigna

rafael.vigna@jornaldocomercio.com.br

O ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil (SAC), Eliseu Padilha, garantiu, ontem, a conclusão de pelo menos 13 dos 15 aeroportos regionais previstos para o Rio Grande do Sul. Um plano de incentivos, lançado em

2012, destina R\$ 7,4 bilhões para a construção ou remodelagem de 270 sítios em todo o País. No Estado, segundo o ministro, apenas “alguns detalhes” ainda impedem a operação plena em cinco cidades contempladas: Passo Fundo, Santo Ângelo, Rio Grande, Pelotas e Uruguaiiana.

No Rio Grande do Sul, ain-

da estão incluídos os aeroportos localizados em Alegrete, Bagé, Caxias do Sul, Erechim, Canela (em substituição ao de Gramado, que foi inviabilizado após estudos técnicos), Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santo Ângelo e São Borja. Santa Vitória do Palmar, inicialmente cotado, era o único que teria de ser erguido do zero, mas acabou ficando de fora da lista depois de um levantamento mais aprofundado na área. Para o Estado, estão previstos R\$ 310 milhões para as obras.

O ministro participou, ontem, de um painel dedicado ao tema, no Fórum dos Grandes Debates, promovido pela Assembleia Legislativa. Na ocasião, Padilha reforçou que espera pela conclusão de todas as etapas da concessão do Salgado Filho no primeiro semestre de 2016. O aeroporto de Porto Alegre foi incluído recentemente na terceira rodada de leilões de infraestrutura, ao lado de Florianópolis, Salvador e Fortaleza. Ao todo, os investimentos nas quatro cidades somam R\$ 8,5 bilhões, sendo

R\$ 2,5 bilhões apenas para a Capital gaúcha. “Em um ano, devemos entregar as chaves para a nova concessionária”, garante.

Segundo Padilha, no entanto, o sonho de vincular a construção de um novo aeroporto - o 20 de Setembro - às melhorias do aeroporto de Porto Alegre foi adiado. “Era uma hipótese que eu defendia. Acreditava que poderíamos incluir nesta concessão para que, no futuro, em 10 ou 15 anos, este mesmo concessionário pudesse iniciar as obras, mas isso representava mais custo para quem vai entrar e também significaria menos dinheiro para o governo no momento atual, que é marcado por ajuste e recessão. Como não podemos abrir mão, esta possibilidade foi jogada para o futuro”, disse.

Na tarde desta quinta-feira, Eliseu Padilha participa do ato de municipalização do sítio de Santa Maria, um dos passos para viabilizar as rotas comerciais na região. Em seguida, desembarca em Uruguaiiana. Em Uruguaiiana, na Fronteira-Oeste, ele fará

uma vistoria no aeroporto internacional Rubem Berta e debaterá alternativas para as adequações necessárias, visando à reativação dos voos regionais.

“A cidade de Uruguaiiana está a um passo de estar apta a retomar os voos regionais. A presença do ministro Padilha é uma sinalização clara de que estamos no caminho certo para reativarmos as operações na Fronteira-Oeste, cuja localização estratégica é de fundamental importância para o desenvolvimento da economia do nosso Estado”, disse o coordenador da Comissão Especial da Aviação Civil Regional da Assembleia Legislativa, deputado Frederico Antunes (PP). O deputado trabalha, junto ao governo do Estado, o encaminhamento do projeto de sua autoria, em tramitação no Legislativo, que pretende reduzir de 12% para 7%, podendo chegar a 4% o ICMS incidente sobre o querosene dos aviões desde que as companhias aéreas se comprometam com a volta das linhas regulares no interior gaúcho.



ANTONIO PAZ/JC

Padilha diz que ‘detalhes’ impedem plena operação em cinco cidades